

OS REGISTROS BIOGRÁFICOS COMO FONTES PARA O ESTUDO DA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Roselusia Teresa Pereira de Morais¹

Universidade Federal de Sergipe – oselusia@bol.com.br

Apresentação

O presente artigo² propõe apontar e discutir questões teóricas acerca do processo da profissionalização do trabalho docente a partir do movimento histórico da institucionalização das agências formadoras de ensino. Considerando a importância dos registros biográficos de professores e professoras como fontes para o estudo da configuração do trabalho docente. Partindo de entrevistas, diários, perfis biográficos, necrológicos, correspondências, entre outros podemos desvendar aspectos das vivências e das práticas pedagógicas dos docentes.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a profissionalidade docente em função da história da constituição docente marcadas pelo discurso da competência e da qualificação. No decorrer do texto analisa-se o processo de constituição da profissão docente no Brasil a partir das categorias de apropriação e representação de Roger Chartier e a noção de configuração de Norbert Elias.

As perspectivas de análise acerca da profissão docente que serão apresentadas no decorrer do artigo vinculam-se aos recentes estudos que têm ganhado espaço nas produções acadêmicas através de registros biográficos como um dos estudos recentes que tem motivado grande adesão dos pesquisadores. Tais estudos buscam compreender as ações docentes numa perspectiva sócio-histórica, identificando as raízes das práticas e das representações que têm estado em disputa nos processos de constituição do trabalho docente.

Esse atual campo de pesquisa e ensino vem ampliando a noção e a utilização de fontes e documentos sobre um objeto de estudo. O cruzamento e a verificação com várias fontes, o trabalho exercido com rigor e disposto da utilização de um método, possibilitam a credibilidade de uma pesquisa. Através da abordagem biográfica pretende-se conhecer as vivências construídas pelos professores e professoras, bem como as tendências teórico-metodológicas que fundamentaram a formação de professores e professoras. A análise da prática docente, através da história de vida de professores permite verificar em que medida as habilidades, competências e os saberes desenvolvidos e apropria-

dos durante a formação inicial foram mobilizados no exercício profissional.

A pesquisa na área da história da educação nas duas últimas décadas ampliou as possibilidades de estudo a partir da definição de novos temas/ problemas e da utilização de documentos e fontes não tradicionais. Para além da legislação educacional, dos relatórios produzidos por autoridades do ensino e do poder executivo, regulamentos, programas de ensino, dados estatísticos, como indicam Lopes e Galvão (2001), é possível perceber uma “revolução documental” que:

(...) também tenha atingido e marcado profundamente o campo da História da Educação, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e que se utilizam de fontes não-tradicionais, de recorrerem aos arquivos propriamente ditos. Mas, em vez de fetichizarem o documento acreditando que eles possam falar toda a verdade, os historiadores têm se esforçado para problematizar essas fontes (LOPES E GALVÃO, 2001, p.81).

O uso de memórias, diários, cartas, biografias, fotografias, literatura, música, pintura, histórias de vida, depoimentos, anúncios e relatos de festas escolares publicados em jornais e revistas, entre outros, permitem acessar as práticas e os saberes difundidos, assim como, os discursos e os dispositivos produzidos em torno do tema da formação e da atuação de professores e as suas particularidades existentes no Brasil.

Profissionalização DOCENTE: uma Dimensão Histórica

Aliado a função social do professor está presente um conjunto de condutas que permeiam e revelam o ser professor. A configuração do trabalho docente pode ser compreendida através de pressupostos teórico-metodológico que procurem aproximar as relações entre os processos históricos e sociológicos. Através do pressuposto de que o ofício de professor demanda um conjunto de saberes, habilidades, competências, normas e valores. Os papéis sociais do educador são definidos e orientados a partir do espaço e do tempo no qual são desenvolvidas as suas práticas. Neste sentido, a sua representação nos diversos espaços sociais está intimamente ligada a um determinado tempo e espaço, e consequentemente a apropriação da imagem do professor.

Ao longo da história, foram constituídas diferentes imagens do sujeito-professor, as quais sofreram transformações, algumas permanecem no imaginário social. O que implica em imagens e representações construídas acerca da figura do professor.

No período colonial o número de aulas régias ou de cadeiras públicas de primeiras letras era bastante reduzido. Essas aulas eram constituídas por professores reconhecidos ou nomeados pelos órgãos de governos responsáveis pela instituição. Funcionavam em espaços improvisados, geralmente na casa dos próprios professores, os quais raramente recebiam ajuda de alguma instituição para o pagamento do aluguel. Nesse momento o ofício de professor era marcado pela idéia de que qualquer indivíduo bem letrado, de boa índole e de reconhecimento na comunidade poderia exercer este ofício. Não havia uma preparação específica para o ofício de professor. A prática escolar se dava da seguinte maneira:

Eram escolas cujos professores eram reconhecidos ou nomeados pelos órgãos de governos responsáveis pela instrução e funcionavam em espaços improvisados, geralmente, na casa dos professores, os quais, algumas vezes, recebiam uma pequena ajuda para o pagamento do aluguel. Os alunos ou alunas dirigiam-se para a casa do mestre ou da mestra, e lá permaneciam por algumas horas. Não raramente o período escolar de 4 horas era dividido em duas seções: uma das 10 às 12 horas e outra das 14 às 16 horas (FARIA FILHO, 2003, p. 146).

Essas escolas eram denominadas de escolas domésticas ou escolas particulares. Tinham o objetivo de ensinar a aprendizagem da escrita e do cálculo, e especialmente o ensino da leitura. Apesar de existirem no século XIX professores que mantinham vínculo direto com o Estado atuando em escolas públicas as escolas particulares as superavam quantitativamente no cenário social brasileiro.

Um outro modelo de educação escolar estruturado, no decorrer do século XIX era configurado por um espaço escolar em que pais em conjunto contratam um professor ou uma professora para dar aulas aos seus filhos. As aulas aconteciam em espaços improvisados nas casas das famílias ou nas casas dos professores. Esse modelo não mantém nenhum vínculo com o Estado. Essas escolas eram freqüentadas quase exclusivamente por crianças e jovens abastados.

A partir de 1835 as Escolas Normais foram lentamente criadas em todo território nacional. A institucionalização

da formação dos professores permite a constituição de saberes e práticas específicas do ofício de ensinar. Através de uma organização progressiva da instituição e do fortalecimento do Estado Imperial a instituição escolar passa a ser mais discutida e aos poucos a sua importância vai sendo fortalecida. Dessa maneira a instrução escolar começa a ser estruturada com uma representação de uma construção de espaços específicos para a escola. No entanto, tal preocupação esbarrava na indefinição de uma política de investimentos e diretrizes sistemáticas para a educação pública. As iniciativas eram marcadas pela descontinuidade, ocasionando a inexistência de um sistema público de ensino que unificasse e uniformizasse as práticas docentes desenvolvidas nas salas de aula.

No final do século XIX o Brasil apresenta as primeiras preocupações, quanto aos novos métodos de ensinar na esfera educacional. A proposta de uma nova organização escolar, de novos métodos de ensino, de uma compreensão científica das questões educacionais passou a exigir, então, uma nova formação do professor. As discussões em torno do profissional professor exigiam que o mesmo deveria receber uma formação no saber científico, literário, histórico em geral, mas demandava, prioritariamente, uma formação nas Ciências da Educação e nos modelos de transmitir.

No início do século XX, por volta dos anos vinte, o Movimento da Educação Nova ilustra a conjugação de propostas culturais, científicas e profissionais no âmbito da educação escolar. Nessa perspectiva, tal movimento é a consequência de uma lenta evolução cultural que impôs socialmente a idéia de escola e o produto da afirmação das 'novas' ciências sociais e humanas (nomeadamente as ciências da educação), o que conseqüentemente representou a configuração do modelo de profissão de professor.

A concepção que começava a vigorar entre os intelectuais da educação era de que para formar professores não bastava um sólido domínio dos saberes da tradição filosófica, científica e religiosa. Era preciso outros saberes que se referissem à transmissão e apropriação de conhecimentos, o que passou a exigir novas formas de organização e atuação do professor frente a seus alunos.

Os defensores e propagadores das teses da Educação Nova no Brasil assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, e apontaram os problemas educacionais brasileiros como urgentes diante da configuração de uma sociedade em vias de modernização. A proposta defendida em linhas gerais era de uma política nacional de educação, que apresentava, a questão da formação de pro-

fessores como sendo de fundamental importância, principalmente para os quadros da escola secundária. A necessidade da introdução dos estudos da Psicologia, da Sociologia e a importância dada aos estágios e exercícios práticos reorientaram a formação docente.

Segundo Campos (2002) o exercício do magistério não era compreendido como uma profissão e sim como o exercício verdadeiro de uma vocação. Isso porque segundo toda a tradição cristã, o trabalho e especialmente o ensino eram encarados não como ‘uma combinação de realizações específicas ou capacidades e habilidades para se atingirem essas realizações’, mas uma vocação que deveria ser seguida de acordo com a inclinação e o talento de cada indivíduo.

Para Silva (2002) há um saber-fazer docente construído ao longo do exercício do magistério e que, em grande parte, ainda carece de socialização e visibilidade.

A construção deste saber envolve uma trama complexa de referências e valores que não se esgota na formação acadêmica. António Nóvoa, na apresentação da obra ‘Vida de Professores’, chama a atenção para este aspecto, afirmando que hoje sabemos que não é possível separar o eu pessoal do eu profissional, sobretudo numa profissão fortemente impregnada de valores e de ideais e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e da relação humana. (SILVA, 2002)

A história da formação de professores no Brasil revela que a atividade de professor como profissional é marcada por definições do seu tempo. No contexto brasileiro dos anos 70 do século XX, o entendimento da docência era compreendido como um fazer técnico. Para ser professor era necessário o domínio de conhecimentos e teorias das quais pudesse deduzir as regras e os procedimentos da sua atuação em forma de receituário. Essa compreensão corresponde ao momento do tecnicismo no Brasil no qual pautava a ação do professor em saber técnico.

Já na década de 1980 houve um movimento contrário à concepção do professor como um técnico. No discurso educacional foram substituídas as palavras: “técnico” e “professor” pela palavra “educador”. Essa compreensão definia a atuação do professor comprometida não apenas com transmissão do conhecimento, mas com a constituição de alunos cidadãos, críticos e responsáveis pela mudança social. Neste sentido a ação do professor ultrapassava os muros escolares e avançava à sociedade como um todo. A

partir dos anos 90 o professor passou a ser compreendido como um ser profissional, pesquisador e reflexivo.

Dessa forma a representação docente foi sendo organizada ao longo do século XX de maneira que a sua prática foi sendo progressivamente definida e orientada através dos regimentos e demais normatizações da política escolar, e principalmente a partir das práticas culturais escolares de como essas normas e regimentos foram sendo apropriados. Um exemplo disso foi a organização serial das classes, através da utilização do tempo e dos espaços para o controle sistemático do trabalho dos professores e da aprendizagem dos alunos. Além disso, observa-se a necessidade cada vez maior da sindicalização dos professores e de uma aproximação desta categoria com outras classes trabalhadoras.

Estudiosos de Antônio Nóvoa como Bellochio, Terrazan e Tomazetti (2004), revelam um grande avanço nos trabalhos envolvendo a figura do professor e a sua constituição, porque:

(...) anteriormente, aceitava-se a idéia de que qualquer indivíduo bem letrado, de boa índole e de reconhecimento na comunidade, poderia exercer este ofício. Não havia uma preparação específica para o ofício de professor. Posteriormente, os poucos rudimentos de formação didático-pedagógica eram encontrados nos escritos produzidos pelas congregações religiosas dedicadas ao ensino. Neste contexto, entendia-se que para ser professor bastava o domínio do saber da tradição de cada área de conhecimento. Com o desenvolvimento das ciências humanas e, posteriormente, das Ciências da Educação é que há uma forte convicção de que saber e saber ensinar são atividades diferenciadas e, por isso, dependentes de uma formação própria. Gradativamente, os professores começam a ser considerados um grupo de “profissionais”, por serem funcionários públicos (do Estado), a partir de uma seleção para ingresso. Passam a ter uma organização sindical que lhes orienta e lhes dá assistência social. Assim, o fato de terem que possuir uma formação profissional própria, serem recrutados por seleção, terem seus salários regulados por determinações legais amplas e possuírem uma organização sindical/trabalhista de assistência faz com que passem a ser chamados de profissionais. (BELLOCHIO, TERRAZAN e TOMAZETTI, 2004)

Dessa maneira, a profissionalização do ensino é compreendida a partir de uma dimensão da própria constituição da profissão docente através de uma dimensão histórica. Os estudos de Nóvoa nos revelam que as instituições de formação docente sempre tiveram o papel legitimador de um saber aliado a uma concepção de formação centrada na propagação e na transmissão de conhecimentos. Portanto, foi possível verificar que os recentes estudos revelam um novo cenário social que procura compreender os processos de constituição da profissão docente através de diversas fontes. Ainda foi possível perceber que a institucionalização das agências formadoras surgidas pouco a pouco em meados no século XIX e início do século XX proporcionou a figura do professor um caráter legítimo e profissional. Inicialmente através das primeiras Escolas Normais e posteriormente com a criação dos centros universitários.

Considerações Finais

A profissão docente no Brasil ao longo do século XX sofreu muitas alterações, forçando os docentes a desenvolverem novas práticas e adquirirem outros saberes e habilidades. A profissionalização através de cursos de graduação e pós-graduação foi uma das estratégias utilizadas para a ascensão profissional. Do ponto de vista da atuação docente, atualmente o professor é representado como um profissional porque ele é compreendido como um detentor de saberes profissionais e capaz de reconstruir a sua prática de maneira crítica e reflexiva.

A profissionalização do magistério acompanhou um movimento próprio que deve ser compreendido através de uma perspectiva histórico-sociológica em que foi configurado o trabalho docente. Portanto, este trabalho traz uma reflexão acerca da importância de investigar o ser professor que se constitui não somente nos espaços escolares, mas que também ultrapassa os muros das escolas. Assim os estudos biográficos são uma importante fonte para a compreensão da trajetória de diferentes professores e professoras, a partir de diversos processos de formação. Neste sentido, a possibilidade de apreensão de aspectos da experiência profissional de professores e professoras através de documentos institucionais (atas, relatórios, processos, teses), textos jornalísticos (de autoria pessoal ou sobre os docentes), depoimentos (orais e escritos), cartas, fotografias, memórias, biografias entre outros, compõe um desafio complexo. Isso porque, para tentar compreender as relações que estabeleceram ao longo das vidas dos docentes, e o

significado de suas experiências, faz-se necessário construir aproximações com o contexto em que estavam inseridos.

Dessa forma, a utilização de estudos biográficos atende à perspectiva da análise histórico-sociológica a partir da complementaridade entre as fontes. É preciso considerar o estudo da profissão docente em toda sua complexidade e em suas diversidades que ainda precisam ser investigadas em grande parte dos registros biográficos que compõem a História da Educação no Brasil.

Referências Bibliográficas

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. TERRAZAN, Eduardo, TOMAZETTI, Elisete. **Profissão docente: algumas dimensões e tendências**. IN: Revista Educação. Edição: 2004- Vol. 29 – Nº02. Disponível em: < http://www.ufsm.br/ce/revista/artigos_rev.htm> . Acesso em 02/04/06.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira da Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira. A Feminização da profissão. CAMPOS, Maria Christina Siqueira da Souza; SILVA, Vera Lucia da (orgs.). In: **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista : EDUSE, 2002 (p.13-38).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In; LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive.(orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.135-150.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.(Coleção: O que você precisa saber sobre...).

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Profissão: Professora!**. CAMPOS, Maria Christina Siqueira da Souza; SILVA, Vera Lucia da (orgs.). In: **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista : EDUSE, 2002 (p. 95-122).

NOTAS

¹Aluna do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. Endereço: Rua Japarutuba, nº 829. Bairro Santo Antonio. E-mail: roselusia@bol.com.br.

² Trabalho orientado pela Professora Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. Professora Adjunta do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Endereço: Avenida Gonçalo Rollemberg Leite, nº 1960, Edifício Alfa, apartamento 404. E-mail: anagbueno@uol.com.br.